

Tombamento e a participação popular

Ricardo Pinheiro Penna

A concepção de Brasília é inovadora. O Urbanista conseguiu articular a grandiosidade dos espaços públicos à intimidade dos espaços privados. Mostrou que é possível ser monumental como a dimensão do país e bucólico como o cotidiano das cidades do interior. Lúcio Costa ensinou que é possível dar respeitabilidade e imponência à capital e, ao mesmo tempo, qualidade de vida aos seus moradores.

Ao ganhar vida a cidade passou a ser parte da realidade brasileira. As contradições, os conflitos, as disparidades passaram a integrar o cotidiano do tecido urbano. A utopia deixou os traços frios da prancheta para enfrentar a dura batalha do dia a dia. O sonhos passaram a ser desafiados diuturnamente pela especulação imobiliária. As boas intenções passaram a ser agredidas sistematicamente pelas más intenções e a esperança atacada pela ganância e pelo lucro fácil.

Há que se preservar. Há que se proteger. Mas não se pode isolar. A preservação de Brasília não pode ser considerada uma redoma que protege e imobiliza a cidade das necessidades de evolução e adaptação às demandas de seus moradores. Flexionizar não significa, entretanto, agredir os princípios básicos que regem o desenho da cidade. A escala gregária é um dos alícerces do plano de Lúcio Costa. Significa convívio sem obstáculos, densidade sem atropelo e integração horizontal entre os prédios. Fechar pilotis, impedir a circulação ou aumentar o número de pavimentos rompe o princípio geral do plano para as superquadras. Já, por sua vez, inovar nas fachadas e no formato dos prédios é perfeitamente aceitável e não agride o ideário original.

Brasília deve ser preservada em seus princípios básicos. Espaços cheios e vazios e o perfil das asas são fundamentais ao plano original. Ao contrário, o relaxamento da setorização em diversas áreas da cidade é aceitável e até mesmo necessário.

As adaptações ao plano original e as alterações necessárias não devem nascer de decisões políticas ou pessoais. O Estado deve comandar o processo e crescimento e adaptação da cidade e não ficar a reboque de interesse particulares. A preservação de Brasília deve ficar nas mãos de sua coletividade e a vontade da coletividade deve ser intransigentemente fiscalizada pelo governo do Distrito Federal.

Preservar a cidade e adaptá-la às necessidades da modernização da sociedade passa necessariamente por dois braços: O Estado e a sociedade. O Estado deve articular as iniciativas dos vários setores do governo em uma única unidade de planejamento e montar uma central efetiva de fiscalização da área tombada. As ações do Estado não podem ser feitas sem a participação da sociedade. Brasília será preservada se seus moradores tiverem a consciência de seus benefícios e participarem efetivamente no processo de preservação.

**A PRESERVAÇÃO
DE BRASÍLIA
NÃO PODE SER
CONSIDERADA
UMA REDOMA
QUE PROTEGE E
IMOBILIZA A
CIDADE DAS
NECESSIDADES
DE EVOLUÇÃO E
ADAPTAÇÃO AS
DEMANDAS DE
SEUS
MORADORES.**